



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020
pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 26 / 2023 | SINPEEM | 1º de junho

Os 5% não resolvem os problemas mais graves da categoria, nem sequer cobrem a defasagem dos salários!

É preciso continuar lutando pela incorporação dos 32% e pela retirada do confisco sobre os aposentados!

Temos de avançar para além da pauta salarial e defender melhores condições de trabalho!

Unificar com a juventude os demais trabalhadores numa só luta, contra a repressão ao movimento camponês, em defesa dos direitos dos indígenas, e em defesa dos empregos, salários e direitos

Somente com o método da ação direta, com a greve, podemos conquistar nossas reivindicações e derrotar os patrões e governos

A assembleia do dia 23 de maio foi marcada pela confusão generalizada e pela aceitação de um acordo rebaixado. Poucos trabalhadores entenderam o que estava sendo votado, muitos sequer conseguiram ouvir a proposta. A oposição, incluindo a Corrente Proletária na Educação, foi impedida de subir ao carro de som para defender outra proposta. Nós íamos defender a greve, havia uma tendência na base para a paralisação das escolas e locais de trabalho. Sem o método grevista, prevaleceu a aceitação apenas dos 5% para todo o funcionalismo. Reivindicações importantes, como a incorporação do abono de 32%, a retirada do confisco de 14% sobre os aposentados, melhores condições de trabalho, atendimento da pauta do Quadro de Apoio etc. ficaram de fora. A assembleia de hoje, 1/6, precisa dar continuidade a essa luta.

A base precisa cobrar o cumprimento da democracia nas assembleias. Não podemos aceitar que uma burocracia impeça autoritariamente o confronto de ideias e propostas, como ocorreu no dia 23. As divergências devem ser avaliadas coletivamente, pelo conjunto dos lutadores reunidos em assembleia, quando se adota uma deliberação por maioria simples, mesmo que essa decisão contrarie os interesses e o que pensa a direção do sindicato, ou seja quem for. O que é

decidido deve ser colocado em prática, e a própria assembleia deve discutir como fazê-lo. Está aí o que chamamos de democracia operária. Trata-se de um método voltado para a ação coletiva. Discute-se objetivamente os problemas; as concepções e propostas são expostas; a maioria vota e toma as medidas para viabilizar o que foi deliberado.

O que houve no dia 23 foi o oposto disso. Uma camarilha decidiu, de cima para baixo, que não seria sequer apresentada a proposta de greve, impedindo a base de ter acesso ao carro de som. Apresentaram uma única proposta, como se fosse consenso, e ainda o fizeram de modo confuso. Utilizaram da defesa da “unidade”, quando estavam rompendo essa unidade na prática, impedindo as proposições contrárias de se manifestar no microfone. “Unidade” não se faz impondo uma proposta ou perspectiva a quem pensa e tem proposta divergente. “Unidade” se constrói através dos métodos da democracia operária, mediante decisão de maioria. Apresentar uma proposta oposta não atenta contra a “unidade”, pelo contrário, fortalece a unidade, pois esta passa a se fundamentar na livre discussão e deliberação da base. A experiência concreta é que deve dizer quem estava correto. Em outras palavras, a prática é que deve ser tomada como critério para a aferição da verdade. Mediante a ava-

liação crítica e autocrítica, o movimento vai avançando.

E por que a burocracia sindical do funcionalismo não permitiu a base se pronunciar no dia 23? Porque não queria a greve. Essas direções consideraram os 5% suficientes. Partiram de uma ideia pré-concebida de que não seria possível conquistar mais do que isso. Acontece que quem deve fazer essa avaliação e decidir sobre o assunto são os próprios trabalhadores. A direção do chamado Fórum de Entidades agiu como uma camarilha “iluminada”, como se os trabalhadores fossem todos ignorantes. A Corrente Proletária, ao contrário, defende que era e é possível arrancar mais do governo. Se vamos avançar ou se temos de dar um passo atrás é algo que pertence ao campo da tática, a qual deve ser avaliada em função, entre outros fatores, da correlação de forças concreta. Aceitar a proposta do governo antes de construir a mobilização grevista significou capitular sem luta. É preciso corrigir essa conduta, é preciso rejeitar os métodos da direção sindical.

A assembleia de hoje tem essa tarefa. Tem a tarefa também de aprovar resoluções e medidas práticas de apoio ao MST, que está sob a mira do agronegócio e dos latifundiários. É preciso defender os indígenas diante do ataque da aprovação do dito “marco temporal”, uma ação que responde ao interesse dos ruralistas, que permitirá expulsar indígenas de suas terras. É preciso responder às demissões nas fábricas, é preciso lutar pela revogação das contrarreformas trabalhis-

ta, previdenciária e educacional... Enfim, temos de combinar a pauta de reivindicações específicas dos trabalhadores em Educação da rede municipal com as bandeiras gerais dos explorados de conjunto. Ou seja, nossa tarefa é a de construir um movimento unitário. Cabe aprovar nesta assembleia a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, em defesa dos empregos, salários e direitos, que unifique o movimento da Educação com o movimento estudantil (secundarista e universitário), com o movimento camponês, com os indígenas, com o movimento operário, com os desempregados etc.

O nosso método deve ser o da ação direta das massas. O caminho das negociatas a portas fechadas, sem mobilização das bases, não constitui a correlação de forças necessária para derrotar o governo e o patronato. É preciso paralisar a produção e distribuição de mercadorias, afetar a economia, mexer no bolso dos capitalistas. Temos de projetar o movimento, dar visibilidade para as reivindicações, ganhar o apoio da população. Os explorados só têm a sua própria força coletiva para enfrentar a burguesia e seus governos, os quais têm à disposição toda a força do aparato estatal-institucional, têm a mídia ao seu lado, têm o poder econômico. Nada disso, contudo, resiste ao poder das massas mobilizadas. É possível vencer, desde que ergamos o movimento grevista, com a mais ampla unidade no campo da independência de classe.

Propostas para a assembleia do dia 1º/6:

- 1) Incorporação dos 32% de reajuste a todos os salários;
- 2) Devolução do confisco dos 14% sobre os aposentados;
- 3) Nada de subsídios! Nenhuma retirada de direitos! Reposição dos 21% de perdas salariais!
- 4) Ampliação dos módulos nas escolas. Nenhum trabalhador sem emprego! Pela divisão das aulas entre todos os aptos ao trabalho, sem redução de salário!
- 5) Máximo de 25 alunos por sala. Fim das salas multietárias;
- 6) Fim da terceirização. Estabilidade a todos os contratados, com salários que cubram as necessidades dos trabalhadores e suas famílias;
- 7) Redução da jornada de trabalho e atendimento de todas as reivindicações do Quadro de Apoio;
- 8) Que o governo atenda ao conjunto dos itens da pauta relacionados às condições de trabalho e estudo;
- 9) Fim das contrarreformas Previdenciária, Trabalhista e Educacional, abaixo a Lei do Teto de Gastos!

Por uma eleição presencial! Rechaçar a eleição virtual!

A eleição para a diretoria do SINPEEM estava marcada para o dia 5 de maio. No entanto, segundo a burocracia, por falhas técnicas, a eleição não foi concluída. Foi cancelada e não se sabe quando será realizada de fato. Esse foi o resultado nefasto da eleição virtual.

A Corrente Proletária na Educação rechaça essa forma de eleição. O processo eleitoral no sindicato dos trabalhadores vai além de uma mera escolha entre chapas, deve se consti-

tuir num momento de balanço político e deve se converter, por isso, em um instrumento de politização da categoria, de elevação de sua consciência. A eleição virtual elimina essa possibilidade de contato com a base, pois cada um permanece isolado – o que nega o princípio coletivo, se colocando em oposição, portanto, à democracia operária. Além disso, não há garantia de lisura do processo, pois a base não tem controle sobre o resultado da eleição.

A Corrente Proletária está participando do processo, compondo e defendendo a Chapa 2, em defesa da democracia e independência do SINPEEM. Somos favoráveis à realização de eleições presenciais para a Diretoria e para as outras instâncias de participação. É preciso que a categoria rechaça essa forma virtual de eleição, e se coloque em defesa dos métodos da democracia operária.

**16º mês
de guerra
na Ucrânia**

A Corrente Proletária na Educação/POR tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição dos Estados Unidos e da OTAN. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

Chamamos os trabalhadores em Educação da rede municipal a fortalecerem a bandeira de fim da guerra. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação.